

A interseccionalidade como lente para o diálogo com o espaço urbano e o digital: Leituras sobre gênero, raça e classe no eixo Sul-Sudeste brasileiro

Intersectionality as a lens for dialogue with urban and digital space: Readings on gender, race and class in the Brazilian South-Southeast axis

Gabriella Fontes Leite¹, Sílvia Leiria Viegas²

Resumo

O artigo aborda a ideia norteadora de interseccionalidade, com ênfase em três marcadores inter cruzados — gênero, classe, raça —, em diálogo com o espaço urbano e o digital. Começa com uma apresentação da região selecionada para a leitura do tema, o eixo Sul-Sudeste brasileiro, para explicar, sob perspectiva histórica, lógicas de opressão e privilégio contemporâneas e sua relação com a materialidade; e as tecnologias digitais como lugar de mediação e reprodução destes processos. O objetivo é usar esta lente interseccional para perceber práticas urbanas relacionadas com mulheres pobres e racializadas, e como esta realidade se relaciona com as suas representações midiáticas. Para tal, recorre-se à construção de um quadro teórico-conceitual estruturante, assente numa revisão bibliográfica crítica sobre essa ideia de interseccionalidade e sua relação com a discriminação e o privilégio; à construção de um quadro empírico sobre desigualdades no acesso digital e seu impacto em termos de acesso aos benefícios das tecnologias; à seleção de plataformas digitais, concretamente de redes sociais que informem sobre performances identitárias para a escolha de casos de estudo ilustrativos; e à análise de casos concretos para aprender, por um lado, com paradigmas de exclusão, opressão e invisibilidade e, por outro lado, com casos de resistência inspiradora conducentes a um feminismo digital apontado para inclusão (social, espacial, urbana) e transformação social.

Palavras-chave: interseccionalidade, gênero, raça, classe, espaço urbano, espaço digital, Sul-Sudeste brasileiro

Abstract

The article addresses the notion of intersectionality, emphasising the intersection of three markers — gender, class, and race — in relation to urban and digital spaces. It begins by presenting the region selected for exploring the theme under study — the Brazilian South-Southeast axis — in order to explain the contemporary logics of oppression and privilege from a historical perspective and their relationship with the material world; and digital technologies as a means of mediating and reproducing these processes. The aim is to use this intersectional lens to understand urban practices relating to poor, racialised women, and to examine how this reality is reflected in their media representations. To this end, a theoretical-conceptual framework has been developed based on a critical review of the literature on the concept of intersectionality, and its relationship to discrimination and privilege; an empirical framework has been developed based on inequalities in digital access and their impact on technological benefits; a selection of digital platforms - specifically social networks that inform about identity performances -, were used to choose illustrative case studies; and case studies where used to learn, on the one hand, from paradigms of exclusion, oppression and invisibility and, on the other hand, from models of inspiring resistance leading to a digital feminism aimed at (social, spatial, and urban) inclusion, and social transformation.

Keywords: intersectionality, gender, race, class, urban space, digital space, Brazilian South-Southeast

¹ Centro de Investigação em Artes e Comunicação, Universidade do Algarve (CIAC, UALg), Portugal, gflite [at] ualg.pt

² Centro de Investigação em Artes e Comunicação, Universidade do Algarve (CIAC, UALg), Portugal, sbviegas [at] ualg.pt

Introdução

Apesar da colonização do Brasil ter se iniciado no Nordeste, o eixo Sul-Sudeste rapidamente se tornou num dos seus principais centros econômicos. Holanda (1936) refere que isto foi motivado pela transferência da família real de Salvador da Bahia para o Rio de Janeiro (1808) e o início do Ciclo do Café (1800-1930). Além disso, o Ciclo do Ouro, que se desenvolveu em Minas Gerais no Século XVIII, contribuiu significativamente para a formação de estruturas econômicas de suporte a essas regiões durante o período colonial. Em termos sócio-raciais, as duas regiões (Sul e Sudeste)¹ acolheram a forte presença da população portuguesa branca seguida, após a abolição da escravatura (em 1888), de outros imigrantes europeus (por exemplo italianos, espanhóis e alemães), a configurar nova mão de obra qualificada, principalmente para a agricultura e a indústria. Essa política interna, de incentivo à imigração europeia branca nesta zona do país, buscava a consolidação da ocupação territorial e o desenvolvimento das áreas pouco povoadas no Brasil. Ao mesmo tempo, operacionalizou uma política de branquitude com a chegada destes europeus alegadamente a melhorar a composição racial do país. Esta política teve, naturalmente, repercussões ao nível do desenvolvimento urbano da região, particularmente o Sudeste, atualmente a mais importante em termos industriais, comerciais e financeiros.

Efetivamente, este legado de colonização, com políticas normativas de branquitude assentes na imigração europeia, sustenta a atual base sócio-cultural Brasileira, nomeadamente nas referidas regiões Sul e Sudeste, com relações históricas entre marcadores de raça e classe mantidas e reproduzidas pelo setor político, ao mesmo tempo perpetuando um ciclo vicioso de segregação e desigualdade. Em contextos de maior homogeneidade, a população branca tende a manter uma identidade associada à manutenção de situações sócio-econômicas privilegiadas. Com o aparecimento e tentativa de implementação de novas políticas de identidade progressistas e redistributivas, como o sistema de cotas raciais, também têm emergido movimentos sócio-políticos de extrema direita com ideologias nacionalistas ou etnocêntricas. Enquanto as primeiras facilitam, por exemplo, o acesso à universidade, promovendo maior diversidade no sistema educativo e em espaços acadêmicos antes homogêneos, os segundos valorizam essa herança da branquitude, sentindo-se ameaçados por essas mudanças significativas no acesso a direitos e novas dinâmicas de inclusão social. Embora essas políticas progressistas representem um avanço crucial e uma forma de reparação histórica, o seu impacto num sistema racializado profundamente enraizado ainda é muito limitado, contribuindo para uma tensão de raiz interseccional (Ferree, 2018) particularmente expressiva nas regiões do Sul e Sudeste.

Partimos da ideia de que o espaço não é neutro e que reflete lógicas de produção e ocupação capitalistas, patriarcais e racistas. Do ponto de vista histórico, as cidades brasileiras, como outras cidades ocidentais, foram projetadas pelo e para o homem branco, resultando em ambientes urbanos que não respondem adequadamente às necessidades das mulheres e minorias raciais e étnicas. Como refere Darke (1979), os valores subjacentes a uma sociedade patriarcal materializam-se nas formas urbanas. Estas, por sua vez, reproduzem essa visão masculina dominante. Portanto, reproduzir uma historiografia do urbanismo focada exclusivamente numa “história das pedras”, e na ideia do indivíduo neutro e universal (Jacques, 2012), reforça esta leitura acrítica do mundo — de como é e como poderia ser — com impacto no espaço urbano produzido. Efetivamente, cada indivíduo interage e percebe a cidade de maneira única, sendo essa diversidade de experiências frequentemente ignorada na historiografia da produção espacial. Esta produção é influenciada por estruturas de poder desiguais, e confere maior visibilidade às experiências de grupos sociais dominantes em detrimento das vivências e perspectivas de quem tende a ocupar posições de opressão social e subalternidade.

O processo urbano está intrinsecamente ligado às relações dos vários atores que o experimentam na cotidianidade. Por isso, cada indivíduo, com suas multiplicidades, confere significado à cidade e, por vezes, a um coletivo. O reconhecimento e integração do feminino enquanto sujeito ativo e categoria de análise nos processos históricos das cidades abre novas perspectivas e abordagens sobre essas interações. Hayden (1997) refere que esse enfoque de gênero permite contar a história urbana

¹ Tratam-se das duas menores regiões do Brasil. Atualmente, a região sul é constituída pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; a região sudeste é constituída pelos estados de Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

de maneira mais completa, revelando potencialidades que antes eram ignoradas. Por exemplo, no ocidente a rua tem sido associada ao espaço da masculinidade, enquanto a casa tem sido associada ao espaço da feminilidade. Este uso do espaço reforça a divisão e a separação do público e do privado sob uma perspectiva de gênero. Discutir as formas de opressão feminina na significação desses espaços é fundamental para entender como diferentes mulheres vivem e moldam a cidade. Assim, a vivência feminina na rua e na casa, marcada por vários graus de intolerância e opressão, representa o lugar histórico-social das mulheres ao longo do tempo.

A perspectiva feminista (Hooks, 2022) veio mostrar como diversas formas de discriminação, ligadas ao gênero, classe e raça, coexistem. Essa perspectiva feminista ajuda a tornar visíveis as sobreposições físicas e a contextualizá-las. Ao mesmo tempo ajudou a dissolver a referida separação entre o espaço público e privado. O processo tem sido objeto de análise e de discussão, nomeadamente ao nível do acesso ao direito à cidade, aqui entendido, na linha de Lefebvre (1968), como direito superior. A revisão da literatura sobre este conceito e suas dimensões estruturantes — produto e obra — aponta para profundas contradições urbanas; e sustenta o cruzamento entre o acesso a vários direitos na cidade (habitação, espaço público, saúde, educação) e dimensões interseccionais, como gênero, classe e raça. Além disso, aponta para a apropriação urbana, mas também para a participação ativa na produção da vida coletiva, transformada e renovada. Aqui, a lente do espaço concebido — planejado, institucionalizado pelas lógicas de poder —, do espaço percebido — a partir da experiência sensorial, individual da vida cotidiana — e do espaço vivido — aquele da prática, da apropriação e resistência — lê as materialidades.

As tecnologias digitais podem mediar e complementar esta leitura crítica. Tanto podem exacerbar desigualdades preexistentes, criando novas formas de exclusão, quanto ampliar possibilidades de participação e reivindicação do espaço urbano por diferentes grupos. Vejamos, por exemplo, o caso do aumento da violência discursiva empenhada em manter as estruturas discriminatórias. Várias plataformas digitais são apresentadas como espaços democráticos de expressão, todavia tornam-se arenas de manifestação de misoginia e racismo. Portanto, a tecnologia, influenciada pelas hierarquias e poderes existentes, tende a normalizar essas estruturas excludentes, mantendo novas formas da discriminação. Além disso, as plataformas influenciam a forma como alguns grupos exploram o seu poder situado. Ao mesmo tempo, essas plataformas digitais desempenham um papel expressivo na leitura, compreensão e transformação das vivências urbanas, facilitando experiências sociais, quer individuais, quer coletivas.

No início dos anos 1990, a Internet expandiu significativamente a capacidade das ligações eletrônicas e computadores, permitindo o aparecimento de um espaço digital propício a novas formas de organização social e representação coletiva (Castells, 1996). As primeiras representações desse espaço digital usavam a cidade como metáfora espacial para identificar e humanizar espaços virtuais (Flichy, 2001), tratando-se da tal cidade racional, ocidental e masculina que tende a silenciar os grupos subalternizados e as suas vidas. Ainda que limitadas pelas representações iniciais, as tecnologias digitais abriram novas possibilidades de encontro e circulação de saberes. Efetivamente, a popularização da Internet e suas novas formas de comunicação e interação online despoletou a transformação das dinâmicas de interação social que tradicionalmente ocorriam nos espaços urbanos. Essa transformação configura uma “modernidade líquida” (Bauman, 2001), uma sociedade caracterizada pela fluidez e dissolução das formas sociais sólidas, onde as relações e as interações mediadas pela tecnologia se tornam mais maleáveis. Entretanto as tecnologias digitais foram rapidamente integradas no cotidiano social, levantando questões sobre o futuro das cidades, nomeadamente enquanto lugar privilegiado de construção e desenvolvimento dessa socialização.

O uso da designação espaço digital é assumido por clara referência ao ambiente social que emerge das interações sociais mediadas por tecnologias digitais, como plataformas *online* e redes sociais, e suas múltiplas complexidades. É verdade que o uso da designação obriga a uma reflexão cuidada sobre as discussões teóricas que tensionam a relação entre o espaço material e o virtual. Reconhecemos, portanto, na senda de Santos (2000), que o espaço digital não existe como uma mera virtualidade desencarnada, estando intrinsecamente ligado a uma infraestrutura material concreta, que compreende servidores, cabos, dispositivos, energia. Contudo, apesar dessa inegável dependência material, seguimos na linha de Egler (2024) que argumenta que as interações, os fluxos de informação, a organização social e formas de poder que se manifestam neste substrato material dão origem a um ambiente social com características e dinâmicas próprias. Logo, este

espaço digital configura-se como campo de atuação específico onde as relações e as interações sociais são produzidas e reproduzidas em estreito diálogo com espaço físico.

É neste contexto que levantamos as seguintes questões de pesquisa: quais os contributos da lente da interseccionalidade (com os seus marcadores de gênero, raça e classe) para a leitura crítica, descodificação e compreensão do espaço urbano e digital? Que pistas nos traz para pensar mundos alternativos a partir do digital? Realmente, o grande objetivo da pesquisa consiste em usar a interseccionalidade para ler práticas ligadas a mulheres negras, pobres e racializadas na esfera urbana, e como tudo isto se relaciona com as suas representações midiáticas no espaço digital. Outros objetivos relacionados são identificar casos paradigmáticos de exclusão a partir das dimensões interseccionais de gênero, classe e raça que suportem narrativas digitais (Carvalho e Viegas, 2023), e exemplos contrários a estes processos de segregação e violência, que contribuam para a sua ressignificação. Assumimos que existe uma relação estreita entre práticas urbanas e digitais, e que uma nova expressão social pode ser disputada a partir da lente crítica da interseccionalidade.

Metodologia

Partimos do conceito de interseccionalidade enquanto abordagem metodológica associada ao pensamento crítico orientado para a ação e transformação (conforme desenvolvido no quadro teórico-conceptual). A interseccionalidade surge como lente que ajuda a pensar a contemporaneidade brasileira em diálogo com o espaço urbano e digital. Assim, apresenta-se como variável que introduz diferentes formas de discriminação e privilégio, a partir dos marcadores gênero, raça e classe. O espaço urbano, por sua vez, aparece enquanto produto e veículo de reprodução do atual modo de produção capitalista, excludente e segregador. O espaço digital apresenta-se como um novo lugar de ampliação e reconfiguração dos processos sociais, com impacto no discurso e práticas urbanas. As leituras cruzadas são realizadas a partir do eixo Sul-Sudeste brasileiro.

O artigo recorre a uma revisão bibliográfica crítica para a construção de um quadro teórico-conceitual sobre interseccionalidade em diálogo com o espaço urbano e o espaço digital; e de um quadro empírico específico sobre desigualdade e acesso digital no Brasil, na atualidade. Recorre, também, à seleção de casos de estudo selecionados a partir de plataformas digitais para uma análise crítica das narrativas orais e da iconografia. Sobre a revisão bibliográfica, foram explorados trabalhos de autores que são estruturantes do pensamento no que toca às referidas dimensões de gênero, raça e classe, abordando situações historicamente marcadas pela desigualdade e pelo pensamento patriarcal e/ou neocolonial, e à correspondente experiência urbana e digital. Os dados sobre acesso digital no Brasil falam de desigualdades de acesso e uso, e sustentam a apresentação dos casos de estudo. Aqui, exploramos o impacto da tecnologia na experiência urbana e social, efetuando leituras sobre os grupos sociais apontados (mulheres pobres e racializadas, alvo de opressão e discriminação).

A seleção de plataformas digitais antecede a seleção de casos de estudo. Tratam-se, neste caso, das redes sociais mais utilizadas no contexto brasileiro, como o *WhatsApp*, *YouTube*, *Instagram*, *Facebook* e o *TikTok*. Entre estas, optámos por focar no *Instagram* e no *TikTok*, por serem plataformas predominantemente visuais e que desempenham papel central na estimulação de afetos, na construção e reprodução de performances identitárias e na modulação algorítmica de narrativas de sucesso, de beleza e poder. Ou seja, a escolha das plataformas digitais e, posteriormente, dos perfis analisados não visou uma representatividade estatística generalizante, mas buscou articular uma epistemologia situada de viés interseccional, atenta às recíprocas dinâmicas de visibilidade e de invisibilização nos meios digitais.

Esta seleção serviu para identificar e analisar recortes, trechos e imagens que auxiliam a descodificar tendências recentes e oportunidades de transformação, no que toca à forma como sujeitos historicamente marginalizados interpelam discursos hegemônicos nas plataformas digitais, exercendo resistência e negociando pertencimento. Os critérios utilizados para a escolha incluíram a visibilidade dos perfis nas redes sociais (tendo em conta o número de seguidores e seu engajamento), o potencial dos conteúdos produzidos para o diálogo com os marcadores interseccionais de gênero, raça e classe, assim como a frequência e consistência da produção discursiva voltada para a performance identitária marcada por tensões socioespaciais. Os critérios utilizados para a análise dos recortes empíricos baseiam-se na identificação de narrativas que reforçam ou tensionam os

ideais de sucesso, meritocracia e neoliberalismo, articulando-se com signos do urbano, do corpo racializado e do trabalho precarizado. Estes critérios são importantes para o argumento, no sentido em que permitem identificar discursos digitais que reatualizam estruturas de opressão, e outros que visam produzir disrupções e que reivindicam o direito à vida e à existência.

O caso de estudo 1 refere-se a Maria Angélica Lima, babá negra involuntariamente identificada numa manifestação de classes, em Ipanema (Rio de Janeiro), citada numa miríade de postagens digitais amplamente midiáticas. O caso fala sobre desigualdade, subalternidade e estigmatização das mulheres pobres racializadas no Brasil, particularmente no eixo Sul-Sudeste, e sua expressão paradoxal num espaço urbano dito privilegiado. Escolhemos esta imagem pela forte representatividade visual das dinâmicas interseccionais específicas do contexto Brasileiro, onde gênero, raça, classe e ocupação urbana se entrelaçam de maneira muito explícita e, tantas vezes, desigual. Este caso de estudo 1 também se refere à pegada digital enquanto reprodutora de subalternidades num contexto onde estas mulheres pobres e racializadas sofrem de exclusão digital (tecnológica e de literacia). O caso de estudo 2 segue a mesma linha, correspondendo à articulação de um conjunto de postagens digitais que exploram discursos lançados a partir do lugar do privilégio (*influencers* e protagonistas da região Sul-Sudeste em estudo). Estas postagens reproduzem invisibilidades e perpetuam desigualdades e opressões estruturais, ilustrando disputas simbólicas e performativas entre modelos eurocêntricos e alternativos com a apresentação de contra-narrativas resistentes lançadas por um grupo de mulheres negras e racializadas.

Sublinha-se que as várias mulheres dos casos de estudo analisados não foram entrevistadas. Realmente, o artigo tem como foco central as narrativas digitais e suas implicações (simbólicas, políticas, etc.) no espaço social. Portanto, esta escolha metodológica privilegia a análise de representações midiáticas e performances identitárias no espaço digital, compreendendo-se essas manifestações como atos de enunciação que carregam intencionalidades discursivas, afetivas e políticas. Esta opção apresenta, porém, constrangimentos de natureza ética, tendo em conta o risco de exposição indevida das mulheres envolvidas, especialmente da babá Maria Angélica Lima cuja fotografia circulou amplamente sem o seu consentimento. Cientes deste fato — e da grande estereotipagem e invisibilização pessoal destas mulheres — consideramos, ainda assim, que esta abordagem metodológica oferece potencialidades analíticas importantes, pois permite compreender como novas narrativas interseccionais de gênero, classe e raça são construídas, apropriadas e ressignificadas nas plataformas digitais.

Sabendo que essas plataformas digitais são datificadas, ou seja, convertem as interações em dados para recomendação de conteúdos personalizados, e reforçam bolhas de afinidades (*eco-chambers*), certamente se encontrariam perfis com as mesmas características dos que foram analisados, mas que difundem narrativas opostas às apontadas. No entanto, não é objeto desta pesquisa tratar estes casos, tampouco mapear os possíveis cruzamentos e diálogos entre estas. Isto justifica-se sobretudo por uma escolha teórico-metodológica ancorada na ética do *Data Feminism* (D'Ignazio e Klein, 2020), que propõe usar dados como ferramenta de justiça, priorizando as histórias daqueles sujeitos que são, sistematicamente, sub-representados nas análises convencionais. Em vez de buscar uma pretensa neutralidade ou completude que abrace todas as vozes, o foco aqui recai sobre as margens, sobre as subjetividades que, mesmo nas brechas de uma arquitetura algorítmica tão desigual, ousam pensar e narrar outros futuros.

Interseccionalidade em diálogo com o urbano e o digital

Para além de se configurar enquanto abordagem metodológica associada ao pensamento crítico, a interseccionalidade é uma forma de práxis que desafia desigualdades, sejam estruturais ou do quotidiano, abrindo espaço para a ação política coletiva e a transformação (Ferree, 2018). No que se refere a essas desigualdades, sublinhamos que a plena experiência da urbanidade é privilégio de alguns, pois grande parte da população enfrenta muitos problemas e dificuldades (nomeadamente sociais, econômicos, culturais e ambientais) (Paula e Mares, 2022). Estes problemas e dificuldades são conflituantes com o referido conceito de direito à cidade (Lefebvre, 1968), no sentido em que configuram e objetificam a privação de acesso a direitos urbanos e humanos, por um lado, e condicionam a ação social — a referida apropriação e participação na vida urbana plena,

transformada —, por outro lado.

Tal como Lefebvre (ibid.), Massey (2000) acredita que o espaço produzido pelas ações cotidianas dos indivíduos reflete suas dinâmicas sociais. Além disso, o espaço incorpora essas dinâmicas, a par das estruturais que reproduzem desigualdades de natureza e expressão interseccional. Efetivamente, como bem apontam Silva e Saboya (2022, p. 256): “[os espaços] não possuem um comportamento homogêneo, tampouco unânime, e operam adequando-se aos [diferentes e múltiplos] corpos que os experimentam, particularizando-se além do gênero, e com isso alcançando critérios de raça, classe e sexualidade”. Portanto, esta visão interseccional ilumina as várias identidades sociais da desigualdade e as suas relações com o espaço; e mostra-nos como esse espaço produzido (Lefebvre, 1974) espelha e reproduz as relações de poder existentes (Raffestin, 1993). Estas relações de poder, ligadas a formas de opressão, apontam para as identidades sociais, por exemplo, de gênero, de classe e raça. Por este motivo, quando virada para a ação, a perspectiva interseccional (e seus marcadores específicos) também abre espaço para a contestação, resistência e disputa.

As desigualdades com expressão de gênero, classe e raça são condicionadas e entrelaçadas pelos sistemas estruturais de dominação patriarcal, capitalista e racista, formando-se assim um complexo nó de opressões (Saffioti, 2013). Pensar sob a perspectiva de gênero, por exemplo, na senda de Scott (1995) e Butler (2005), implica perceber o mundo de acordo com as referidas relações de poder da sociedade. Scott (1995, p. 75) aponta a desigualdade de gênero como “[um]a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres”, evidenciando a sua centralidade na organização social. Tendo em conta esta perspectiva de gênero, a discussão sobre o direito à cidade (Lefebvre, 1968) obriga ao reconhecimento de que homens e mulheres produzem e experimentam a cidade de formas distintas. Bondi (1992) já tinha verificado que a produção urbana dominante aprisiona as mulheres em determinados espaços. Adichie (2015) também refletiu sobre as expectativas sociais associadas ao uso desigual do espaço, instigando ao feminismo generalizado como forma de as superar (o espaço de disputa, aqui entendido como feminista). A perspectiva de gênero é, pois, crucial para entender como as construções sociais do feminino (e do feminismo) influenciam as dinâmicas urbanas.

Tendo em conta a referida multiplicidade identitária da desigualdade social, Ornat (2005, *apud* Silva, 2007) cruzou a dimensão gênero com a de classe, identificando (ainda) mais limitações (sociais, espaciais, etc.) para as mulheres de poucos recursos. Outras identidades sociais somadas complexificam a realidade. Realmente, o racismo também estrutura as experiências sociais e urbanas das mulheres, sobretudo as das mais pobres, de uma maneira singular. No caso das mulheres negras torna-se impossível dissociar suas vivências de gênero e de classe da opressão racial estrutural. Como bem identificou Davis (1981), a raça e o gênero devem ser entendidos como construções interseccionais, onde a exploração capitalista perpetua as desigualdades e marginaliza especialmente as mulheres racializadas. A condição negra aparece, nesta situação, associada à mercadorização, subalternização e exploração, reproduzindo-se aqui lógicas desiguais herdadas do período colonial (Mbembe, 2017). É, pois, fundamental compreender que a vivência urbana destas mulheres é atravessada pelas categorias de gênero, classe e raça, com sistemas de opressão cruzados que se alimentam impactando fortemente e diretamente as suas vidas (Saffioti, 2013). Aqui, o sexismo, o capitalismo e o racismo reforçam-se entre si, criando várias formas de exclusão com diferentes representações.

Ou seja, a interseccionalidade aqui em debate, enquanto crítica transformadora, por um lado, ilumina a complexidade das interações sociais e injustiças que condicionam ou influenciam, no fundo moldam o espaço urbano (Crenshaw, 1989). O conceito é central à plena compreensão das várias camadas de privilégio e dominação que coexistem no espaço materializado pois permite uma análise mais aprofundada das experiências urbanas. Por outro lado, aponta para a necessidade de respostas que respondam às várias formas de desigualdade, muitas destas perpetuadas no tempo, numa interconexão entre interpretação e representação histórica, e espacialidade (Damatta, 1991). Por isso, Davis (2020) entende que uma nova representação histórica carece de reflexão profunda sobre as formas de resistência, com o feminismo (e o espaço feminista) a ser central na desconstrução das relações de poder e das suas desigualdades sociais e espaciais. Realmente, as formas de exclusão criaram um terreno fértil de otimismo e esperança (Freire, 1992; Harvey, 2000) para a construção de novos espaços, por exemplo, antirracistas (Kendi, 2019). Falamos de espaços de resistência, tanto no urbano quanto no espaço digital. No espaço físico, traduzem-se em ocupações,

manifestações, práticas urbanas dissidentes, etc. No digital, manifestam-se nas plataformas, redes e ecossistemas comunicacionais onde se elaboram narrativas contra-hegemônicas e se constroem formas de pertencimento e de insurgência. Aqui, o digital não é espelho do espaço material, mas um campo fértil e ativo de produção espacial.

As dimensões interseccionais, nomeadamente de gênero, mas ainda de classe e raça, também configuram ferramentas analíticas para compreender e articular as múltiplas diferenças e desigualdades que se fazem sentir no espaço digital, sabendo que estas muitas vezes se traduzem na produção do espaço físico e no espaço produzido (Lefebvre, 1974). Já referimos que, historicamente, as construções sociais conferem ao espaço um caráter sexuado, resultando em experiências urbanas diferenciadas para homens e mulheres. O espaço digital, enquanto lugar de representação e reprodução, perpetua estas diferenças históricas (Mbembe, 2018). Por exemplo, o uso de plataformas digitais mais generalizadas intensificou a disseminação de discursos de ódio (Almeida, 2019) e a segregação e a violência contra determinados grupos sociais (Butler, 2005), por exemplo as mulheres, pobres e racializadas. Esta intensificação reflete-se nas dinâmicas urbanas, e na forma como esses grupos — racializados, oprimidos, segregados — vivem o espaço social.

Portanto, seja pela perspectiva da discussão sobre estas subjetividades co-construídas ou reproduzidas no espaço digital, seja pelo debate sobre processos que ocorrem no espaço físico envolvendo relações digitais — e que podem ser lidos pelo viés interseccional (Ferree, 2018) —, sublinha-se “o conceito de interseccionalidade enquanto conceito-chave para o entendimento do ambiente digital como lugar frutífero para a complexificação das experiências e interações sociais” (Carrera et al., 2022, p. 17). Não se pretende recorrer a este conceito para conduzir ou enviesar leituras, mas antes partilhar os desafios e os diálogos que, de alguma forma, atravessam as “avenidas de opressão” (Akotirene, 2019) e seus cruzamentos com as plataformas digitais. Alguns desafios e diálogos de maior relevância para esta reflexão são, precisamente, o debate interseccional existente sobre gênero, classe e raça, e que marca o tom das mídias digitais. Nestes espaços digitais — por exemplo redes sociais, canais independentes de *streaming* e arquivos comunitários — o discurso interseccional não se encerra no debate; encarna-se em práticas de *world-building*, redes de solidariedade e ações micropolíticas com impacto real no cotidiano. Trata-se de práticas comunicacionais que contestam narrativas dominantes, e produzem formas alternativas de sociabilidade, visibilidade e justiça (Egler, 2024; Hooks, 2003; Davis, 2020).

Os estudos tecnopolíticos oferecem uma lente fundamental para compreender esta imbricação entre espaço, democracia e mediações digitais. Ao refletir sobre redes tecnopolíticas, Egler (2024) identifica que as disputas pelo espaço urbano também se desdobram em disputas informacionais, narrativas e comunicacionais, mediadas por tecnologias digitais. Estas podem reproduzir estruturas de exclusão e abrir fissuras de resistência. Referindo-se ao contexto urbano latino-americano, a autora destaca como sujeitos historicamente marginalizados se apropriam das tecnologias para construir articulações coletivas que contestam hegemonias espaciais e simbólicas. Essas práticas não sustentam um uso normativo das plataformas digitais, antes instauram um modo de fazer política espacial insurgente que se manifesta em formas de mobilização, escuta e produção de saberes partilhados. Ao colocar em diálogo a tecnopolítica com o urbano, Egler (*idem*) nos oferece as ferramentas conceituais para compreender formas de territorialização do digital e, simultaneamente, de reterritorializar a cidade, num contínuo ciclo de presença e reivindicação de justiça espacial (Soja, 2010; Fainstein, 2010).

Desigualdade e acesso digital no Brasil

A região Sudeste do Brasil, que acolhe as metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo, é presentemente responsável por 50,2% do Produto Interno Bruto nacional — PIB (IBGE, 2022a), e pelas maiores taxas de empregabilidade (Coalize, 2024)². Esta centralidade econômica e territorial também facilita o acesso aos recursos tecnológicos e às oportunidades ligadas ao espaço digital. No entanto, se fizermos uma análise sob perspectiva interseccional, — que considere as dimensões de gênero, raça e classe — percebemos profundas desigualdades estruturais, muitas vezes invisibilizadas pelas

² Informação baseada no *ranking* da Coalize, empresa de gestão de recursos humanos, que usa dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Censo 2022 do IBGE.

métricas hegemônicas de progresso.

Em termos socioeconômicos, as mulheres negras e pobres integram os grupos mais marginalizados. No que toca ao espaço urbano “é totalmente injusto pensar que a mulher negra não tem [pleno] acesso à cidade, mas é quem sustenta a vida nela” (Scorce, 2024)³. As vidas destas mulheres negras e pobres espelham a privação do direito ao espaço urbano, mas também criam outras formas de vida urbana. Realmente, o corpo racializado destas mulheres, com os seus modos de vida e trajetos diários, influencia, quer as práticas espaciais, quer o espaço produzido (Lefebvre, 1968).

No espaço digital essas desigualdades desdobram-se: em acesso a infraestrutura e recursos tecnológicos de qualidade; e em representações sociais sobre subjetividades e processos no espaço físico com expressão no espaço digital. Quando falamos de recursos tecnológicos, falamos do acesso a conexões de internet estáveis com velocidade adequada para a participação plena na vida *online*, mas também a dispositivos como *smartphones*, computadores e *tablets*. Em áreas marcadas pela segregação e produção desigual do espaço, como as periferias metropolitanas, a carência de infraestrutura digital adequada soma-se à histórica falta de acesso a outros recursos (Santos, 2007), limitando o exercício pleno da vida urbana, social e econômica, cada vez mais mediada pelo digital cruzado com o urbano.

As Metrôpoles do Rio de Janeiro e de São Paulo tornaram-se epicentros das práticas de influenciadores digitais, principalmente devido à referida concentração de recursos econômicos e oportunidades de trabalho, mas também à referida infraestrutura tecnológica. Estas cidades são as principais vitrines culturais e midiáticas do Brasil, oferecendo acesso privilegiado a redes de influência que impulsionam a visibilidade digital de determinadas ideias, estilos de vida e segmentos da sociedade alinhados com lógicas de privilégio. No caso dos influenciadores digitais que vivem nas áreas periféricas dessas metrôpoles — tal como acontece em outras regiões do país menos afortunadas —, onde as barreiras de gênero, classe e raça limitam a participação nas plataformas digitais e o acesso aos benefícios da urbanização (Lefebvre, 1968), essa centralidade regional e metropolitana é sinônimo de opressão, segregação e disparidades.

De fato, o local de residência é uma forte condicionante direta do acesso às tecnologias. Segundo o IBGE (2022b)⁴, o eixo Sul-Sudeste tem mais de 90% das casas conectadas à internet. Já a região do Nordeste tem apenas 68,2%. Apesar disso, mesmo nos grandes centros urbanos brasileiros do Sudeste, como o Rio de Janeiro e São Paulo, com infraestruturas de suporte à atividade econômica e financeira mais robustas, e com mais empregos, essas desconexões também são expressivas, sobretudo nas áreas periféricas das cidades. São exemplos disto a Baixada Fluminense Carioca e a periferia da Zona Sul Paulistana. Estas realidades podem ser entendidas, na linha do pensamento de Santos (1994), como “espaços opacos”, traduzidos em menos fluxos informacionais, menos acesso e oportunidades.

Essa divisão digital é ainda mais relevante quando falamos dos ditos “excluídos digitais”, que representam cerca de 15% da população brasileira (CGI, 2021), criando-se uma divisão *cyber* social onde milhões de pessoas enfrentam perda de vivências digitais com todas as suas consequências. As comunidades de baixos recursos — e lembramos, aqui, que no Brasil classe e raça estão profundamente interligadas —, são as menos conectadas, sendo que muitas residem em regiões rurais ou periféricas, como no sertão nordestino ou no interior da Amazônia. Por contraste, as regiões mais ricas do Brasil, as regiões Sul e Sudeste, especificamente, apresentam as taxas de conectividade mais elevadas, configurando “espaços luminosos” (Santos, 1994), ou seja, áreas de maior fluxo e dinamismo.

Durante a pandemia de Covid-19 (2020/2022), essas desigualdades foram intensificadas. Os sistemas de *lockdown* e de *home office* impostos pela pandemia enraizaram-se e expandiram-se, alimentando uma tendência crescente de consumo das redes sociais e das mídias digitais, ao mesmo tempo transformando os comportamentos sociais. Esse consumo ocorreu de várias formas: a explosão de plataformas de vídeos curtos como *Tik Tok* e *Instagram Reels* redefiniu o entretenimento e a interação *online*; o comércio digital, já em ascensão, consolidou-se com a

³ Trecho retirado da entrevista à diretora-executiva do Instituto Pólis, Cassia Caneco, sobre direito à cidade para mulheres negras, feita pelo programa Educação e Território, em 2024.

⁴ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do IBGE sobre o acesso à internet no Brasil em 2023.

integração de influenciadores em campanhas de marketing. O uso massivo de plataformas de videoconferência, como *Zoom* e *Microsoft Teams*, tornou-se uma parte fundamental do ambiente de trabalho, transformando as dinâmicas de vida pessoal e profissional. Além disso, o crescimento vertiginoso das vendas *online* — que, de acordo com a Magazine Luiza (2020), registou um aumento de 148% no terceiro trimestre de 2020, totalizando R\$ 8,2 bilhões (€1,49 mil milhões) — tornou a conectividade uma variável crítica de inclusão ou exclusão social.

De acordo com relatório *Digital Brazil 2023* (DataReportal, 2023), 84,4% da população brasileira está conectada à internet, superando a média global de 64,4% da população. Segundo este relatório, as redes sociais mais utilizadas no Brasil são o *WhatsApp* (93,4%), *YouTube* (88,4%), *Instagram* (81,5%), *Facebook* (68,7%) e *TikTok* (65,9%). Entre os usuários, 50,9% são mulheres. Contudo, o acesso às tecnologias da informação e comunicação no Brasil reflete desigualdades históricas estruturadas por pertencimento étnico-racial, classe, gênero e território, como inicialmente apontado. Estas se aprofundaram durante a Covid-19 (Gomes, 2020; Lopes et al., 2022; Sodré, 2020). A exclusão digital atinge de forma mais contundente populações rurais e mulheres negras (pretas e pardas), cuja menor conectividade está diretamente associada à baixa renda, baixos níveis de escolaridade e desigualdade de gênero, reduzindo inclusivamente a posse individual de aparelhos móveis (Aguilera et al., 2021; Rotondi et al., 2020; Vico-Bosch e Rebollo-Catalán, 2019).

Efetivamente, os dados sobre acesso e uso da internet no Brasil apresentados por Guimarães et al. (2019), evidenciam um viés de gênero significativo, sugerindo assimetrias entre os diferentes grupos sociais. Num país profundamente marcado por desigualdades históricas — em que raça e classe se entrelaçam com espaço de forma estrutural —, esse acesso e uso desigual da internet reflete a cartografia da exclusão. Assim, mulheres brancas, geralmente inseridas nos “espaços luminosos” (Santos, 1994), ou seja, com maior infraestrutura e conectividade, tendem a ter as suas experiências e vivências mais amplamente representadas nas redes e plataformas digitais. Este privilégio de presença acaba por reforçar estereótipos de gênero, raça, e classe, contribuindo para desequilibrar as relações de poder no espaço digital e urbano. A análise das brechas digitais de gênero e raça realizada por Cardozo (2022) aborda estas dinâmicas. Por sua vez, é nos interstícios dessa conectividade — nos “espaços opacos” (Santos, 1994), onde habitam as resistências — que podem emergir contra narrativas forjadas por sujeitos historicamente silenciados. Aqui, narrativas feministas (Adichie, 2015; Davis, 2020) e antirracistas (Kendi, 2019) podem surgir do cotidiano e das margens, reivindicando visibilidade, agência e justiça espacial. Um exemplo é o podcast *Ondas da Resistência*, produzido durante a pandemia por mulheres negras das periferias, em parceria com o coletivo de comunicação social Intervozes. Este podcast tratava de temas como saúde, cuidados coletivos, racismo estrutural, violência de gênero e experiências comunitárias durante o isolamento social, constituindo exemplo de produção de sentido e memória coletiva que atravessa fronteiras digitais e urbanas.

Análise de casos de estudo

No que toca ao contexto brasileiro, e ao eixo Sul-Sudeste, as mulheres pobres e racializadas sofrem uma exclusão intensa causada pelos problemas interseccionais que afetam a sua condição. A título de ilustração, mas também para análise das desigualdades interseccionais apontadas, apresentam-se dois casos de estudo. O primeiro caso foi captado pela paradoxal fotografia⁵ amplamente divulgada na mídia, em 2016, de uma mulher negra de nome Maria Angélica Lima, com 45 anos, que na altura trabalhava como babá para um casal branco de classe alta, de apelido Pracownik, residente em Ipanema — uma zona nobre da cidade do Rio de Janeiro. A fotografia foi tirada durante uma manifestação, em espaço urbano, da elite contra representantes das classes baixas⁶. Portanto, este caso materializa uma desigualdade de matriz interseccional no espaço urbano brasileiro. O segundo caso, designadamente o conjunto de postagens com discursos assentes em relações de privilégio, remete para o espaço digital, apresentando perfis públicos em redes

⁵ A fotografia encontra-se disponível, por exemplo, em <https://vejasp.abril.com.br/cidades/senti-exposta-minha-jornal-baba-fo-to-protesto/>

⁶ As manifestações de 2016 contra Dilma Rousseff (Presidente do Brasil e representante do Partido dos Trabalhadores) ocorreram em diversas cidades brasileiras, motivadas por descontentamento com a crise econômica, casos de corrupção e pedidos pelo seu impeachment, que resultaram na sua destituição do cargo.

sociais (especificamente no *Instagram*) que visibilizam performances identitárias, negociações de pertencimento e tensionamentos em torno da (auto)representatividade. Esses fragmentos digitais mostram como as estruturas de exclusão discutidas anteriormente atuam no campo virtual, configurando manifestações e formas de controle e resistência.

Reconhecendo Maria Angélica Lima como sujeito principal da primeira cena, a imagem evidencia o legado colonial e de branquitude que marca profundamente as relações sociais e econômicas no país, reproduzindo hierarquias e sistemas de opressão. A presença de Maria Angélica Lima, junto dos seus empregadores num evento político de luta de classes, ilustra como mulheres negras, inseridas em dinâmicas de trabalho que as aproximam de grupos privilegiados, frequentemente ocupam posições de subalternidade. Estas dinâmicas sociais têm expressão urbana, neste caso no espaço público, onde se reproduzem profundas contradições. Este exemplo, portanto, encapsula desigualdades interseccionais no espaço físico remetendo-as para a sua reprodução, perpetuação e intensificação. A hierarquia de gênero, racial e de classe evidente na composição da referida fotografia, onde esta mulher negra ocupa uma posição de serviço atrás dos empregadores brancos num evento de luta de classes, é reforçada na transição para o *online*. Realmente, as representações e os discursos que circulam nas plataformas digitais tendem a reproduzir e amplificar assimetrias de poder.

Maria Angélica Lima tornou-se, assim, numa representação estereotipada. Invisibilizada na sua individualidade, com sua voz e suas perspectivas obscurecidas na narrativa visual daquela manifestação, Maria Angélica representa todas as mulheres pobres e racializadas silenciadas no espaço urbano e no espaço digital. A invisibilidade de suas experiências e a prevalência de narrativas construídas a partir de lugares de privilégio *online* contribuem para a manutenção de um ciclo de desigualdade que se manifesta tanto no espaço urbano quanto no ambiente digital. Essa conexão entre as dinâmicas de poder no espaço físico e digital é fundamental para compreendermos como a “pegada digital” desses grupos sociais pode, de fato, reafirmar e replicar um ciclo de desigualdade.

Por sua vez, são exemplos das referidas narrativas situadas no privilégio a transmissão ao vivo (*live*) realizada no *Instagram* pela atriz Lívia Aragão (Jordão, 2023), posteriormente removida por causa da sua repercussão negativa. Esta afirmava: “Todo mundo tem 24 horas no dia, por que algumas pessoas conseguem fazer tantas coisas e outras parecem que não saem do lugar? [...] O sol nasce para todo mundo.” Tal como acontece, por exemplo, numa historiografia urbana acrílica, este discurso ignora as referidas desigualdades estruturais motivadas por raça, gênero e classe (Eddo-Lodge, 2017; Crenshaw, 1989), neste caso responsabilizando os sujeitos mais vulneráveis pela sua própria condição de opressão e exclusão. Ora, sabendo que o corpo de mulher, racializada, pobre, influencia diretamente a qualidade das suas vivências e práticas espaciais — ao nível da segurança individual, das mobilidades, entre muitas outras situações —, e que os marcadores sociais de gênero, raça e classe convergem para realidades excludentes, entendemos este discurso como perigoso, percebendo que alimenta violências (estruturais, urbanas, sociais, etc.) diversas. A compreensão de como o corpo e os marcadores sociais influenciam as vivências espaciais é, portanto, essencial para desconstruir as narrativas de privilégio e entender melhor as complexas relações entre o indivíduo, espaço e poder.

As plataformas digitais tornam-se, pois, espaços de disputa simbólica e performativa, onde diferentes experiências de ser mulher são representadas, reforçadas ou silenciadas. A forma como diferentes mulheres são valorizadas no ambiente *online* refletem hierarquias e desigualdades. Outros dois trechos/vídeos deste conjunto de postagens são: “Eu sou dona de casa e me arrumo todos os dias. Eu cuido de mim para cuidar dos meus”, e “4 dicas para mães cansadas e sem autoestima”⁷. Estes exemplificam diferentes experimentações femininas e expectativas comportamentais com atribuição de significados específicos ao espaço — valorizam a utopia da vida perfeita de mulheres brancas com poder económico, promovida nas redes sociais, munida de lemas como o autocuidado, autoestima e *lifestyle*, articulados em torno da ideia de família. Esta realidade é contrária à de muitas mulheres brasileiras na atualidade, principalmente as racializadas. Para as primeiras, o espaço privado (da casa) muitas vezes assume um significado de lazer e bem-estar físico e pessoal. Para as segundas esse espaço privado tende a ganhar o significado da sobrecarga do trabalho

⁷ Trechos retirados de publicações de perfis públicos de influenciadoras digitais no *Instagram* direcionado à mulheres, disponíveis em https://www.instagram.com/reel/C9hx6ObRzbt/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA%3D%3D e https://www.instagram.com/p/C6uMVOWRsN7/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==

doméstico, ou seja, da obrigação, da dificuldade, do cansaço. Portanto, a existência de conteúdos representacionais desta natureza nas mídias digitais cria “espaços próprios” para diferentes grupos de mulheres, espelhando e determinando comportamentos e lugares específicos — marcados por afetos e disputas —, no território e na cidade (as ditas centralidades regionais e urbanas). Trata-se de uma estrutura física e política que organiza o cotidiano configurada a partir de dimensões como gênero, raça e classe (entre outros indicadores).

Assim, a predominância de influenciadoras digitais brancas que difundem padrões eurocêntricos de beleza tende a moldar a forma como as mulheres racializadas, em geral, percebem, constroem e exteriorizam a sua imagem. O caso da adolescente negra que fingiu ser branca, por três anos, para ser aceita nos espaços de vivências pessoais e digitais, evidencia, de forma muito extremada, o impacto negativo da pressão social imposta pelas representações hegemônicas nas plataformas digitais⁸. A necessidade de adaptação, e de rejeição do seu corpo racializado, para pertencer a um mundo (urbano, social, digital) de privilégio reflete o poder dos discursos dominantes sobre ideais de branquitude e que excluem padrões de diversidade. Mesmo tratando-se de uma estratégia de sobrevivência. Ao moldar suas identidades para se ajustar aos padrões de beleza aceites, estas mulheres racializadas também validam e perpetuam dinâmicas de opressão. Nesse contexto paradoxal de exclusão e pertença têm, contudo, emergido vozes de resistência (na linha do podcast *Ondas de Resistência*, já apontado). Destacamos as vozes de Alexandra Loras, Djamila Ribeiro e Andressa Reis, que atuam como catalisadoras de contra-narrativas nas mídias digitais. Estas mulheres negras ousam ocupar espaços de visibilidade, historicamente negados, ampliando os horizontes radicalmente reivindicados pelo direito à cidade (Lefebvre, 1968) e uma representação mais diversificada. Ao construir territórios simbólicos de afirmação e reconhecimento, suas ações evocam aquilo que Hooks (2003) designa de “esperança como ato de resistência”, designadamente uma esperança informada, crítica e comprometida com a transformação social. Na realidade, Vanini (2017), em entrevista feita a Silvana Bahia⁹, sublinha que essas influenciadoras digitais fazem mais do que ocupar espaços, elas educam criando referências positivas sobre a realidade de ser mulher negra no Brasil fortalecendo discursos sobre interseccionalidade. Essas ações são de extrema importância, considerando a escassez de modelos de representatividade assentes na diversidade nos meios midiáticos dominantes, pois oferecem uma alternativa transformadora e emancipatória contrária às estruturas de poder que tendem a dominar fortemente a comunicação digital.

Conclusões

Propusemos, neste artigo, fazer uma leitura interseccional do espaço urbano e digital, articulando os marcadores sociais de gênero, raça e classe na produção e apropriação da cidade contemporânea. As desigualdades estruturais históricas — patriarcado, racismo e capitalismo — por um lado, moldam a configuração material dos espaços urbanos e, por outro, reproduzem-se e intensificam-se no espaço digital, perpetuando visibilidades e invisibilidades que impactam de forma desigual os corpos e as subjetividades. A interseccionalidade, enquanto lente teórico-metodológica orientada para a transformação social (Crenshaw, 1989; Hooks, 2003), permitiu compreender como múltiplas opressões se entrecruzam no cotidiano das mulheres negras empobrecidas, nas práticas espaciais e performances digitais.

Os espaços urbano e digital entraram, portanto, em sincronia, com as formas de interação condicionadas e moldadas pelo contexto físico dos indivíduos e os conteúdos informativos (Egler, 2024). Este espaço urbano não é neutro, encapsula as vivências de diferentes pessoas, suas histórias e características. O espaço digital, por sua vez, também é experimentado de forma diferente pelos vários sujeitos e grupos sociais. Aqui, a dificuldade de acesso a recursos tecnológicos contribui para alimentar uma política de branquitude que influencia de forma desproporcional a representação de gênero, classe e raça nas plataformas digitais. Além disso, as plataformas digitais e as tecnologias tendem a ser projetadas e operadas por equipes que, historicamente, não consideram as experiências de grupos racializados, resultando em sistemas que podem amplificar as desigualdades (Benjamin,

8 Fotografia disponível no perfil público do Instagram “As negas do Ziriguidum Oficial”, em https://www.instagram.com/p/C-BKY8HREAQ/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA%3D%3D

9 Silvana Bahia é diretora de projetos do Olabi, uma organização focada em inovação social e tecnologia.

2019; Silva, 2022). As narrativas e as experiências destas mulheres negras tornam-se, assim, menos visíveis. Logo, a exclusão das suas perspectivas no desenho e governança das tecnologias digitais perpetua desigualdades e limita as oportunidades de empoderamento digital.

Torna-se evidente — a partir do que foi amplamente explorado neste artigo — que, a reprodução de estereótipos negativos nas plataformas digitais tende a reforçar o preconceito e discriminação. No entanto, o eixo Sul-Sudeste brasileiro revela um quadro ambivalente. Por um lado, tendo em conta o quadro histórico-geográfico apresentado, configura várias formas de centralidade (regionais e urbanas). Por outro lado, apresenta um nível de exclusão semelhante (do ponto de vista numérico e simbólico) ao de outras regiões historicamente marginalizadas, como o Nordeste ou a Amazônia, com forte impacto nos baixos padrões de consumo e elevadas taxas de iliteracia digital. Essa proximidade com os centros de poder não elimina, portanto, as desigualdades, torna-as visíveis mas, paradoxalmente, expande o campo de possibilidades. É precisamente nessa tensão que podem emergir os terrenos férteis para práticas de resistência, novas formas de organização política e construção de alternativas. Assim, essa contradição — estar próximo do centro e, ainda assim, marginalizado — configura uma brecha para experiências insurgentes.

Nos casos de estudo apresentados (de expressão urbana e digital) a ilustrar dinâmicas e oportunidades, é possível assistir a uma verdadeira invisibilização da diferença, seja por omissão — no caso das *influencers* que disseminam ideais de vida utópica assente em privilégio branco —, ou apropriação para validação do sistema de exclusão — o caso simbólico da babá Maria Angélica de Lima com o carrinho de bebê na manifestação de luta de classes, em Ipanema (apropriado pelos mídia); o caso da adolescente negra que pintou a face e o cabelo para corresponder a padrões de branquitude aceitos pela sociedade dominante (e que representa a apropriação individual). Por sua vez, as práticas digitais insurgentes das influenciadoras negras Alexandra Loras, Djamilia Ribeiro e Andressa Reis são apresentadas como uma pedagogia de feminismo resistente, uma promessa de educação para o pensamento crítico, no espaço e digital. Como referido na introdução, este espaço digital é, aqui, entendido como um lugar de encontro e construção de alternativas a partir da leitura crítica, descodificação e compreensão do espaço urbano.

Percebemos, assim, que as plataformas digitais e seus meios de comunicação, com as suas narrativas construídas a partir do lugar do privilégio, funcionam como agentes ativos na construção e na manutenção de desigualdades estruturais pois, embora configurando uma aparente neutralidade estão, antes, a moldar, reproduzir e amplificar estereótipos e correntes hierárquicas, coloniais e neoliberais, profundamente enraizadas e instaladas na sociedade brasileira. Estas plataformas não são, portanto, meras janelas para a realidade, mas antes verdadeiros produtores de discursos, responsáveis por consolidar ideologias (neste caso, de gênero, raça e classe). É, portanto, importante pensar como podemos desafiar tais estruturas, tornando visíveis as narrativas das pessoas cujas vidas e existências têm sido, historicamente, marginalizadas, e ampliar representatividades. É aqui que o feminismo digital ganha importância, na medida em que aponta para uma apropriação e ressignificação das tecnologias digitais por mulheres nas periferias para construir redes de apoio, denunciar violências e articular demandas normalmente invisibilizadas.

Referências bibliográficas

- Adichie, C. (2015). *Todos devemos ser feministas*. Dom Quixote.
- Aguilera, F., Olivencia, J., Fontoura Júnior, E., Fontoura, F. (2021). Inclusión social de mujeres rurales a través de programas de alfabetización digital para el empleo. *Revista Complutense de Educación*, 32(1), 15-25. <https://doi.org/10.5209/rced.67590>
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Coleção Feminismos Plurais. Pólen.
- Almeida, S. (2019). *Racismo Estrutural*. Coleção Feminismos Plurais. Pólen.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Zahar.
- Benjamin, R. (Ed.). (2019). *Captivating technology: Race, carceral technoscience, and liberatory imagination in everyday life*. Duke University Press.

- Bondi, L. (1992). Gender symbols and urban landscapes. *Progress in Human Geography*, 16(2), 157-170. <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/030913259201600201>
- Butler, J. (2005). *Trouble dans le genre. Pour un féminisme de la subversion*. La Découverte.
- Cardozo, G. D. (2022). A atuação estratégica de mulheres negras no combate às brechas digitais de gênero e raça. *Revista Internet e Sociedade*, 3(2), 5-23. <https://revista.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2023/01/a-atuacao-estrategica-glenda.pdf>
- Carrera, F., Fernandes, P., Vieira, E., Sousa, L. de (2022). Interseccionalidade e plataformas digitais: dimensões teórico-metodológicas de pesquisas em Comunicação. *Revista Fronteiras*, 24(1), 14-21. <https://www.revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/24870>
- Carvalho, I., Viegas, S. (2023). Digital Narratives & Urban Activist Networks. A theoretical-methodological approach. ARTECH, 11th International Conference on Digital and Interactive Arts, Portugal. <https://dl.acm.org/doi/10.1145/3632776.3632798>
- Castells, M. (1996). *The rise of the network society*. Blackwell.
- CGI (2021). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2020*. Comitê Gestor da Internet no Brasil. https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201233/tic_domicilios_2020_livro_eletronico.pdf
- Coalize (2024). *Plataforma para gestão de funcionários*. Coalize. <https://www.coalize.com.br/>
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1, 139-167. <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>
- Damatta, R. (1991). *A Casa e a Rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Editora Guanabara.
- Darke, J. (1979). The Primary Generator and the Design Process. *Design Studies*, 1(1), 36-44. [https://doi.org/10.1016/0142-694X\(79\)90027-9](https://doi.org/10.1016/0142-694X(79)90027-9)
- DataReportal (2023). *Digital 2023: Brazil*. DataReportal. <https://datareportal.com/reports/digital-2023-brazil>
- Davis, A. (1981). *Mulheres, Raça e Gênero*. Orfeu Negro.
- Davis, A. (2020). *A liberdade é uma luta constante*. Antígona.
- D'Ignazio, C., Klein, L. F. (2020). *Data feminism*. MIT Press.
- Eddo-Lodge, R. (2017). *Why I'm No Longer Talking To White People About Race*. Bloomsbury Publishing.
- Egler, T. (Org.) (2024). *Rede Tecnopolítica, Democracia e Território (volume 1)*. Letra Capital.
- Fainstein, S. (2010). *The Just City*. Cornell University Press.
- Ferree, M. (2018). Intersectionality as Theory and Practice. *Contemporary Sociology*, 47(2), 127-132. <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0094306118755390>
- Flichy, P. (2001). *L'Imaginaire d'Internet*. La Découverte.
- Freire, P. (1992). *Pedagogia da Esperança Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra.
- Gomes, N. (2020). *A questão racial e o novo coronavírus no Brasil*. Friedrich Ebert Stiftung. <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16315.pdf>
- Guimarães, R. R. de M., Cruz, A. C., Julião, N. A. (2019). Viés de gênero no acesso e na intensidade de uso da internet pela população em idade ativa no Brasil: evolução e fatores associados (2005-2015). *RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico*, 2(43), 80-110. <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/5989>
- Hayden, D. (1997). *The Power of Place: Urban Landscape as Public History*. The MIT Press.

- Harvey, D. (2000). *Spaces of Hope*. Edinburgh University Press.
- Hooks, B. (2003). *Teaching community: A pedagogy of hope*. Routledge.
- Hooks, B. (2022). *Teoria Feminista - da margem ao centro*. Orfeu Negro.
- Holanda, S. de (1995 [1995]). *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras.
- IBGE (2022a). *Economia - Contas Regionais*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html>
- IBGE (2022b). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Tecnologia da Informação e Comunicação 2021 (Pnad TIC)*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34954-internet-ja-e-acessivel-em-90-0-dos-domicilios-do-pais-em-2021>
- Jacques, P. (2012). *Elogio aos errantes*. EDUFBA
- Jordão, P. (2023, dezembro 15). Filha de Didi, Livia Aragão, é criticada nas redes sociais; entenda. *CNN Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/filha-de-didi-livia-aragao-e-criticada-nas-redes-sociais-entenda/>
- Kendi, I. (2019). *How to be an anti-racist*. One World.
- Lefebvre, H. (2009 [1968]). *Le droit à la Ville*. Anthropos.
- Lefebvre, H. (2000 [1974]). *La production de L'espace*. Anthropos.
- Lopes, I., Leal, D., Cardoso, J., Veridiano, C. (2022). Mulheres Quilombolas e ausência de comunicação intercultural para o enfrentamento da Covid-19. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 20(38), 98-109. <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/757>
- Massey, D. (2000). Um sentido global do lugar. In A. Arantes (Org.). *O espaço da diferença*, Papirus, pp. 176-185.
- Mbembe, A. (2017). *Crítica da Razão Negra*. Antígona.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. N1 Edições.
- Paula, L. de, Mares, R. (2022). Marcadores de gênero e raça na vida de mulheres negras do espaço urbano: do limitante direito à cidade às estratégias de resistência. *Terra Livre*, 2(59), 38-73. <https://www.publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2942>
- Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. Ática.
- Rotondi, V., Billari, F., Pesando, L. M., Kashyap, R. (2020). *Desigualdade digital e de gênero na América Latina e Caribe*. Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, University of Oxford, BID, FIDA. <https://repositorio.iica.int/server/api/core/bitstreams/36d16f30-160c-43a4-adbf-9ed2fae269f1/content>
- Saffioti, H. (2013). *A mulher na sociedade de classes - mito e realidade*. Expressão Popular.
- Santos, M. (1994). *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. Hucitec
- Santos, M. (2000). *Há mesmo um espaço virtual*. DERIVASP (Reverbe.net). https://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/livros/Ha-mesmo-um-espacovirtual_Milton-Santos.pdf
- Santos, M. (2007). *O espaço do cidadão*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Scorce, C. (2024, março 18). *A mulher negra não acessa a cidade, mas sustenta a vida nela*. Educação e Território. <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/cassia-caneco-a-mulher-negra-nao-acessa-a-cidade-mas-sustenta-a-vida-nela/>
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 71-99. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>

- Silva, J. (2007). Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. *Geosul*, 22(44), 117-134.
- Silva, T. (2022). *Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*. Edições Sesc São Paulo.
- Silva, O., Saboya, R. (2022). Esposas, criadas e amantes: interseccionalidade e espaço urbano em Desterro/Florianópolis (1850-1930). *CIDADES, Comunidades e Territórios*, 44, 256-270. <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/26252>
- Sodré, F. (2020). Epidemia de Covid-19: questões críticas para a gestão da saúde pública no Brasil. *Trabalho, Educação e Saúde*, 18(3), 1-12. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00302>
- Soja, E. (2010). *Seeking Spatial Justice*. University of Minnesota Press.
- Vico-Bosch, A., Rebollo-Catalán, Á. (2019). El aprendizaje de las mujeres sobre internet y redes sociales: validación y resultados generales de una escala. *Educación XX1*, 22(1), 375-400. <https://revistas.uned.es/index.php/educacionXX1/article/view/21469>
- Vanini, E. (2017, novembro 18). Mulheres negras conquistam espaços como influenciadoras digitais. *Jornal Globo*. <https://oglobo.globo.com/ela/gente/mulheres-negras-conquistam-espacos-como-influenciadoras-digitais-22079646>